



Número: **0802274-80.2021.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **05/05/2021**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCAS FERNANDES PEREIRA (AUTOR)		PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)			
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53653 700	26/01/2022 23:19	Apelação - DESCONTO EQUIVOCADO - PEDIDO ADM NEGADO - Lucas Fernandes	Apelação
53653 704	26/01/2022 23:19	1 - Apelação - DESCONTO EQUIVOCADO - PEDIDO ADM NEGADO - Lucas Fernandes	Documento de Comprovação
53653 705	26/01/2022 23:19	2 - Procuração e Contrato	Documento de Comprovação
53653 706	26/01/2022 23:19	3 - Resultado Administrativo - Negado	Documento de Comprovação
53653 707	26/01/2022 23:19	4 - Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
53653 708	26/01/2022 23:19	5 - Documentos médicos	Documento de Comprovação

Em anexo.



AO JUÍZO DA 1ª VARA REGIONAL CIVEL DE MANGABEIRA - ESTADO DA PARAÍBA.

Ref.: Processo nº 0802274-80.2021.8.15.2003

LUCAS FERNANDES PEREIRA, qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem tempestivamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados legalmente constituídos, interpor a presente **APELAÇÃO**, com esteio no art. 1.009 a 1.014 do Código de Processo Civil, conforme disposição no arrazoadado em anexo.

Assim, requer a intimação do Apelado para apresentar contrarrazões (art. 1.010, §1º, do CPC), bem como a remessa dos autos ao Tribunal *ad quem* independente do juízo de admissibilidade (art. 1.010, §3º, do CPC).

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa-PB, 26 de janeiro de 2021.

PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM
OAB/PB 27.856

LEOPOLDO FRAGOSO DE ALBUQUERQUE
ESTAGIÁRIO



AO JUÍZO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA.

Ref.: Processo nº 0802274-80.2021.8.15.2003

Apelante: Lucas Fernandes Pereira

Apelado: Mapfre Seguros Gerais S/A

Origem: 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira

RAZÕES DE APELAÇÃO

I – SÍNTESE DOS AUTOS.

Em síntese, o juízo *a quo* julgou o mérito de forma equivocada sob a alegação de que o autor já recebeu um valor administrativamente.

Contudo, ficará evidente que não.

Em sentença acostada aos autos do processo, o Juiz alegou que: “diferentemente do alegado na inicial, houve o pagamento administrativo de R\$ 1.518,75 (mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), conforme documento juntado no ID 43716816, que deve ser abatido do valor devido, totalizando R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)”.

Entretanto, este valor de R\$ 1.518,75 recebido no processo administrativo, com sinistro 3170255562 ASL-0166657/17 e data do acidente em 25/09/2016, diz respeito a outro processo indenizatório pelo qual o autor fora devidamente indenizado, que não cabe relacionar aos autos, visto que não há qualquer relação fático jurídica idêntica.

É o epítome dos autos.

II – DO PREPARO RECURSAL.

O Apelante deixa de recolher as custas processuais em face do deferimento dos beneplácitos da justiça gratuita (ID nº 42748312).

Página 2 de 6



III – RAZÕES PARA O PEDIDO DE REFORMA.

Sem delongas, Excelências, a instrução processual do juízo *a quo* é equivocada para ensejar o deslinde da demanda, tendo em vista que o valor administrativo para subtrair do valor devido diz respeito a outra indenização que em nada tem relação com este processo.

Com efeito, a sentença merece ser reformada de plano, pois o valor da indenização foi estabelecido erroneamente com base em outro processo administrativo.

A seguir, deixo à disposição os documentos que comprovam a **DECISÃO DA SEGURADORA LÍDER DE NEGAR A INDENIZAÇÃO QUE CABE NO ACIDENTE ALEGADO NA INICIAL, EM 09/10/2020:**

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3200381493

Vítima: LUCAS FERNANDES PEREIRA

Data do Acidente: 09/10/2020

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), LUCAS FERNANDES PEREIRA

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Segue o laudo médico (resumo de alta) acostado aos autos do processo, que confirma que pela data do acidente (09/10/2020) resta evidente que se trata de acidentes distintos, vejamos:



LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

Nome: LUCAS FERNANDES PEREIRA **Registro:** 2020100932

IDADE: **SEXO:** **COR:** **CLÍNICA:** Ortopedia **ENF.:** **LEITO:**

DATA DE ADMISSÃO: 09/10/2020 **DATA DE ALTA:** 14/10/2020 **TEMPO DE PERMANÊNCIA:**

DIAGNÓSTICO INICIAL: **Fratura de rádio distal esquerdo** **CID:** S525

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO: O mesmo

OUTROS DIAGNÓSTICOS:

PRINCIPAIS EXAMES: Fratura de rádio distal esquerdo (cominuição metafisária)

TESTES DE FUNÇÃO MEDICAMENTOSA:

ANATOMIA PATOLÓGICA: **COLETA DE MATERIAL:** () SIM () NÃO

INFECÇÃO DE F.O.: () SIM (X) NÃO **RESULTADO BACTERIOLOGIA:**

CONDIÇÕES DE ALTA: (X) MELHORADO () REMOVIDO () A PEDIDO () CURADO ()

RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)
Paciente portador(a) de fratura de rádio distal esquerdo foi submetido(a) a tratamento cirúrgico de redução cruenta + osteossíntese com placa e parafusos. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA
DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo(a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...
REPOUSO: Relativo em casa por 15 dias.
Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.
Retorno às atividades com esforço físico leve em 60 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no local. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: Vimovo ou Deocil

RETORNO: Ao posto de saúde em 21 dias.
Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 21 dias para revisão.

14/10/2020
DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M.

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO.

CONTINUIDADE DE TRATAMENTO

Ademais, para comprovar a distinção proferida, deixo à disposição o resultado administrativo da indenização RECEBIDA EM 2017, com data do ACIDENTE EM 25/09/2016, *in verbis*:



Sinistro: 3170255562 ASL-0166657/17
Vítima: LUCAS FERNANDES PEREIRA
Data Acidente: 25/09/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: LUCAS FERNANDES PEREIRA

Valor: R\$ 1.518,75

Banco: 104

Agência: 000000036

Conta: 0000067739-4

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.518,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos 25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 25%) 6,25%

Valor a indenizar: 6,25% x 13.500,00 =

R\$ 843,75

Dano Pessoal: Dedos mão-Perda funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão 10%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 10%) 5,00%

Valor a indenizar: 5,00% x 13.500,00 =

R\$ 675,00

Com isso, Excelência, não restam mais dúvidas que o autor deva receber o valor **INTEGRALMENTE**, pois como demonstrado durante a peça, o seu pedido administrativo referente ao **acidente em 09/10/2020, foi NEGADO**.

IV – REQUERIMENTOS FINAIS.

ANTE O EXPOSTO, requer a Vossas Excelências que mantenham os benefícios da justiça gratuita, recebendo, conhecendo e provendo o presente recurso.

No mérito, pugna-se pela reforma da sentença impugnada tão somente com relação ao desconto indenizatório data máxima vênua indevidamente aplicado, para tanto sendo deferida a indenização securitária integral ao recorrente no valor de R\$3.881,25 acrescidos de juros e correção monetária, em razão de que restou

Página 5 de 6



comprovado o equívoco do juízo a quo ao descontar valor percebido pela recorrente de acidente distinto, sendo, portanto comprovado no requerimento administrativo em discussão a seguradora negou o pleito conforme cópia anexada aos autos.

Ademais a condenação do recorrido pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais, à base de 20% sobre o total apurado quando da liquidação do julgado

Termos em que pede deferimento.

João Pessoa/PB, 26 de janeiro de 2021.

PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM
OAB/PB 27.856

LEOPOLDO FRAGOSO DE ALBUQUERQUE
ESTAGIÁRIO



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: LUCAS FERNANDES PEREIRA, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG n.º 43818 SSDS/PB e inscrito no CPF sob o n.º 129.629.564-83, residente e domiciliado na Rua João de Farias Leal, n.º 297, João Paulo II, João Pessoa/PB, CEP: 58076-659.

OUTORGADO: PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM, brasileiro, solteiro, advogado, autônomo, portador de OAB/PB n.º 27.856, cujo endereço eletrônico para qualquer comunicação é paulorolimmadv@gmail.com e endereço profissional situado na Rua Hildebrando Tourinho, n.º 141 - Miramar, João Pessoa/PB, 58032-080.

PODERES: Por este instrumento particular de mandato, constituo o(s) patrono(s) acima qualificado(s) e, concedendo(s)-lhe(s), poderes para o foro em geral com as cláusulas *AD JUDICIA ET EXTRA*, podendo agir em qualquer juízo, instância ou Tribunal, bem como perante às repartições públicas federais, estaduais e municipais, tendo poderes para propor contra quem de direito as ações competentes e defender a outorgante nas demandas em que for réu, seguindo-as até final decisão, interpondo os recursos legais.

PODERES ESPECIAIS: De igual modo, concedo aos advogados constituídos, poderes especiais para receber intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, levantar e sacar alvarás, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, retirar autos de cartórios judiciais e de repartições públicas, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, em conformidade com o art. 105 do Código de Processo Civil, especialmente nos autos do processo n.º 0802274-80.2021.8.15.2003, em tramite perante o 1º Vara Regional de Mangabeira – Comarca de João Pessoa/PB (SEGURO DPVAT).

CONTRATO: Pela propositura da ação judicial, o (a) CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, a título de honorários advocatícios, o valor de 30% (trinta por cento) sobre o proveito econômico obtido (judicialmente ou administrativamente) pelo (a) CONTRATANTE em decorrência da ação proposta e/ou acompanhamento da ação até o trânsito em julgado.

João Pessoa, 06 de janeiro de 2022.



LUCAS FERNANDES PEREIRA
OUTORGANTE





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200381493

Vítima: LUCAS FERNANDES PEREIRA

Data do Acidente: 09/10/2020

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), LUCAS FERNANDES PEREIRA

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

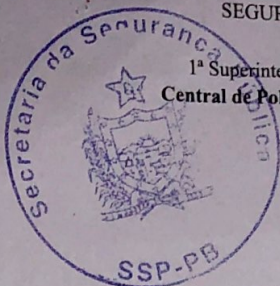
Pag. 00343/00344 - carta_07 - INVALIDEZ

00070172



Carta nº 16267287





SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 05851.01.2020.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 05851.01.2020.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 16:44 horas do dia 21 de outubro de 2020, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Gerson Alves Barboza, matrícula 783391, e lavrado por Adonis Coelho Regadas, Agente de Investigação, matrícula 1331728, ao final assinado, compareceu **Lucas Fernandes Pereira**, CPF nº 129.629.564-83, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Autônomo, filho(a) de Maria do Céu Fernandes e Manuel Vicente Pereira, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 22/07/1997 (23 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Terezinha de Oliveira Justa, Nº 25, complemento CASA, bairro Funcionários, tendo como ponto de referência Próximo a Rua do Psf e da Creche, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98738-6448.

Dados do(s) Fatos:


Local: Próximo a Academia Vitally, João Pessoa/PB, bairro Funcionários; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 09/10/20 12:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO, Art. 163 Caput do CPB (Dano)**.

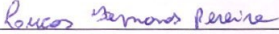
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que conduzia o veículo, HONDA/CBR, 600F, ano/mod. 2013, Cor: BRANCA, placa: KGS4981/PE, - Chassi: 9C2PC4240DR500356- RENAVAL: 551153709, na rua Rua: Francisco Gomes Oliveira - B. Funcionários II, a principal na faixa da direita quando foi surpreendido por outro veículo que avançou a placa de PARE, vindo a colidir, na parte dianteira da motocicleta, fazendo com que o noticiante viesse a ao solo, onde terceiros conduziu o noticiante até o Hospital Gov. Tarcísio Buriti, onde foi atendido e diagnosticado com Fratura de radio distal esquerdo - CID S252 conforme LAUDO MEDICO do Dr. Luis Filipe Lessa - CRM-PB 10206 e no mesmo atendimento fora constatado Trauma Abdominal Contuso, com procedimento cirúrgico de Laparotomia Exploradora e Drenagem de Hematoma Distal conforme LAUDO MEDICO, Augusto Cesar Gondim- CRM-PB 5766. O causador do acidente evadiu-se sem prestar assistência.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 21 de outubro de 2020.


ADONIS COELHO REGADAS
Agente de Investigação


LUCAS FERNANDES PEREIRA
Noticiante

Procedimento Policial: 05851.01.2020.1.00.401

1/1

Digitalizada com CamScanner





LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

Nome: LUCAS FERNANDES PEREIRA			Registro: 2020100932		
IDADE	SEXO	COR	CLÍNICA Ortopedia	ENF.	LEITO
DATA DE ADMISSÃO 09/10/2020		DATA DE ALTA 14/10/2020		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL Fratura de rádio distal esquerdo				CID S525	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO O mesmo					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES Fratura de rádio distal esquerdo (cominuição metafisária)					
TERAPIA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO				COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO	
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÕES DE ALTA (X) MELHORADO () REMOVIDO () A PEDIDO () CURADO ()					
ÓBITO					

RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

Paciente portador(a) de fratura de rádio distal esquerdo foi submetido(a) a tratamento cirúrgico de redução cruenta + osteossíntese com placa e parafusos. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo(a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

REPOUSO: Relativo em casa por 15 dias.

Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.

Retorno às atividades com esforço físico leve em 60 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:

Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no local. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: Vimovo ou Deocil

RETORNO: Ao posto de saúde em 21 dias.

Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 21 dias para revisão.

Dr. Luis Filipe Lessa
Tratamento Cirúrgico
Clínica de Mão / Ortopedia
CRM-SP 10346 TEOT 14324

14/10/2020

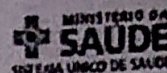
DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M.

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO.

CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME		Lucas Fernando Pereira		PRONTUÁRIO Nº	
IDADE	SEXO	COR	CLÍNICA	ENF	LEITO
	0	branco	Amarela		
DATA DE ADMISSÃO		DATA DE ALTA		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
09/10/2020		15/10/2020			
DIAGNÓSTICO INICIAL				CID	
Trauma abdominal contuso					
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO					
Trauma abdominal (hematoma dorsal)					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES					
PROCEDIMENTO REALIZADO:					
Laparotomia explorada + drenagem de hematoma dorsal					
TERAPIA MÉDICA/QUIRÚRGICA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO F.O.		<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		COLETA DE MATERIAL <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÃO DE ALTA				<input checked="" type="checkbox"/> MELHORADO <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> A PEDIDO <input type="checkbox"/> CURADO <input type="checkbox"/> ÓBITO	
RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA EVOLUÇÃO TERAPÊUTICA COMPLICAÇÕES)					
Trauma importante em região dorsal do abdome submetido à laparotomia + drenagem de hematoma dorsal evoluindo com melhora progressiva do quadro. Recebe alta sem maiores problemas.					
DIETA: Branda					
REPOUSO: Relativo em casa por 07 dias					
Retorno às atividades sem esforço físico em 14 dias					
Retorno às atividades com esforço físico leve em 21 dias e com esforço maior em 30 dias.					
CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavar-la com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procure imediatamente este Complexo Hospitalar.					
MEDICAÇÕES PARA CASA: Nimulid + Cefalexina					
RETORNO: Ao posto de saúde em para retirada de pontos.					
Ao Ambulatório de Cirurgia em 30 dias para revisão.					
DATA 15/10/2020					
ASS. MÉDICO / CRM					
Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar					
Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO					
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.					

Cirurgia: Dr. Gustavo Almeida

